



**DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 24, IV - EMERGENCIAL**

<b>Processo:</b>	
<b>Secretaria:</b>	
<b>Empresa:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Objeto:</b>	
<b>LISTA DE VERIFICAÇÕES</b>	<b>FLS.</b>
<b>Justificativa</b> - deverá ser elaborada pela <b>Secretaria Requisitante</b> , que identificará a <b>situação emergencial</b> e a necessidade administrativa, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.	
<b>Termo de Referência.</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar se no <b>Termo de Referência</b> consta de forma clara, concisa e objetiva: <u>a necessidade de órgão, o objeto a ser contratado, os critérios de aceitação do objeto, os deveres do contratado e do contratante, os procedimentos de fiscalização e o gerenciamento do contrato, o prazo de vigência e de execução, a garantia contratual</u> (se for o caso) e as <u>sanções por inadimplemento</u>;</li><li>• Verificar se no <b>Termo de Referência</b> há <b>justificativa</b> quanto ao <b>quantitativo</b> a ser adquirido. (Art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93);</li><li>• Verificar se o <b>objeto a ser adquirido está direcionando para alguma marca específica</b>, pois não poderá haver direcionamento, exceto nos casos previsto na Lei nº 8.666/93, caso seja necessário identificar a marca deverá constar nos autos justificativa do por que da indicação;</li><li>• Verificar se o <b>Termo de Referência</b> está devidamente assinado pelo responsável que o elaborou;</li><li>• O Termo de Referência foi aprovado motivadamente pelo Ordenador de Despesa? (Art. 7º, § 1º e § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93).</li></ul>	
<b>Justificativa do preço</b> será realizada conforme o Decreto Municipal nº 114/2014 e a Recomendação da SEMCONT nº 005.  *Obs: A pesquisa de preço referencial será realizada diretamente com os potenciais fornecedores, sucedida de mapa comparativo indicando o fornecedor que fornecer a	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria Municipal de Controle e Transparência - SEMCONT**

<p>melhor proposta.</p> <p>*Obs: Os preços pesquisados que servirem de parâmetros para a abertura da Dispensa de Licitação deverão ser atuais ou contemporâneos ao momento que estão sendo realizados.</p>	
<p><b>Requisição de Serviços/Compras.</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar se na <b>Requisição de Serviços/Compras</b> consta a <b>Justificativa da necessidade</b> da aquisição ou da contratação;</li><li>• Verificar se foi informada a <b>dotação orçamentária</b> na requisição, e se a <b>fonte do recurso (vinculo)</b> está correta;</li><li>• Se a <b>verba for oriunda de Convênio</b>, deverá ser anexado no processo cópia do <b>Termo de Convênio</b> e cópia da <b>publicação</b> (para verificação, <u>se o mesmo contempla o objeto</u> e se o <u>convênio está válido</u>);</li><li>• Verificar se na <b>Requisição de Serviços/Compras</b> consta a assinatura do <b>Ordenador de Despesas</b> da Secretaria requisitante autorizando a despesa e os demais procedimentos.</li></ul>	
<p><b>Parecer da Procuradoria Geral</b> – O parecer deverá ser referente à <b>Legalidade</b> e <b>Possibilidade</b> da contratação/aquisição por dispensa da licitação, bem como da <b>minuta de contrato</b> (se for o caso). (art. 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93).</p> <p>*Obs: a análise da minuta do contrato poderá ser realizada concomitantemente, com a análise do ato de dispensa, devendo ser observado se no parecer aborda as duas situações.</p>	
<p>O processo deverá ser aprovado pelo <b>CECOF</b>.</p> <p>*Obs: Quando a aprovação do CECOF for “ad referendum”, os processos deverão constar na pauta da próxima reunião ordinária do Comitê, conforme determina o art. 26, § único do Decreto Municipal nº 08/2015.</p>	
<p>Deverão ser verificados na <b>NOTA DE RESERVA</b> os seguintes itens, tomando-se como base os dados constantes na Requisição de Compras/Serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Se a Nota de Reserva está no <b>valor total previsto</b> para a contratação;</li><li>• Se a Nota de Reserva é do <b>Exercício Financeiro do corrente ano</b>;</li><li>• Se na Nota de Reserva consta a <b>Dotação Orçamentária correta</b>;</li><li>• Se a <b>Fonte de Recursos</b> está correta na Nota de Reserva.</li></ul> <p>*Obs: No caso da Nota de Reserva não estar com data do corrente ano, o processo deverá ser encaminhado para que a Gerência de Orçamento - SEMFI emita nova</p>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria Municipal de Controle e Transparência - SEMCONT**

<p>Nota de Reserva.</p> <p>*Obs: A nota de reserva será <b>valor total previsto</b> para a contratação/aquisição pretendida, e em alguns casos poderá ser referente ao exercício financeiro vigente.</p>	
<p>Deverão ser verificados no <b>Ato de Dispensa de Licitação</b> os seguintes itens:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>a. O nome do Secretário da pasta;</li><li>b. Se a contratação está enquadrada no artigo correto;</li><li>c. Se o objeto da contratação foi descrito corretamente;</li><li>d. Se o valor foi descrito corretamente, bem como seu valor por extenso;</li><li>e. Se a dotação foi descrita corretamente;</li><li>f. Tem que observar a data do Ato de Dispensa (artigo 26, Lei nº 8.666/93);</li><li>g. Se o Ato de Dispensa foi assinado.</li></ol> <p>*Obs: O ordenador de despesa tem que assinar o Ato de Dispensa no prazo de 03 (três) dias e publicar na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, para a eficácia do ato.</p>	
<p><b>Publicação do Ato de Dispensa de Licitação.</b></p> <p>O órgão interessado providenciará a publicação do Ato de Dispensa de Licitação no Diário Oficial do Estado como condição indispensável para que o negócio jurídico produza efeito. À Administração Pública não poderá exigir o cumprimento de qualquer obrigação antes da publicação.</p> <p>*Obs: Verificar todos os itens que foram verificados no Ato de Dispensa.</p>	
<p><b>Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento</b> da autoridade competente somente para os serviços/bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação.</p>	
<p><b>Proposta Comercial e Documentos Obrigatórios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contrato social (contrato original ou ultima alteração consolidada);</li><li>• Cópia do CNPJ, impresso através do site da Receita Federal;</li><li>• Cédula de Identidade do representante legal (administrador), caso haja procurador, e os documentos sejam assinados por esse, deverá ser enviado os documentos de identidade do mesmo, bem como, cópia da procuração, devendo ser observado à validade da mesma;</li></ul> <p>*Obs: Os documentos de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira</p>	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria Municipal de Controle e Transparência - SEMCONT**

serão solicitados quando o caso concreto assim exigir.

**Minuta de Contrato** (se houver) – conforme o artigo 55 da Lei nº 8.666/93 deverão ser verificados os seguintes itens:

- O número do processo que originou a dispensa?
- O ato que autorizou a sua lavratura?
- A indicação dos nomes das partes e de seus representantes?
- O objeto da contratação e seus elementos característicos?
- O valor do contrato?
- O regime de execução ou a forma de fornecimento?
- As condições de pagamento?
- Sendo cabível, a GARANTIA CONTRATUAL?
- O objeto poderá sofrer acréscimos e decréscimos de acordo com os limites estabelecidos pelo art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93?
- O prazo de VIGÊNCIA do contrato, com a data de início e de conclusão da sua execução ou da entrega do objeto, conforme o artigo 57?
- Os recursos orçamentários necessários para a contratação, com a especificação da respectiva dotação?
- As responsabilidades das partes?
- Sanções Administrativas?
- Os valores das multas (é recomendável haver um percentual sobre a parcela inadimplida)?
- As penalidades cabíveis, de acordo com a gravidade das faltas cometidas, garantida a prévia defesa?
- Rescisão contratual e os direitos da Administração havendo a rescisão?
- Acompanhamento, fiscalização e execução do contrato?
- Representante da contratada?
- A legislação aplicável à sua execução e aos casos omissos?
- Publicação do extrato do contrato?
- Como foro competente para dirimir qualquer questão contratual?

**Contrato.**

\*Obs: Verificar todos os itens que foram verificados na Minuta de contrato e se houve alguma alteração a pedido da Procuradoria Geral.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria Municipal de Controle e Transparência - SEMCONT**

**Publicação do extrato do Contrato.**

O órgão interessado providenciará a publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado como condição indispensável para que o negócio jurídico produza efeito. À Administração Pública não poderá exigir o cumprimento de qualquer obrigação contratual antes da publicação.

\*Obs: Verificar todos os itens que foram verificados no Ato de Dispensa.

**Autorização de Empenho.**

\*Obs: Quem autoriza o empenho é o Ordenador de Despesa da Secretaria Requisitante.

\*Obs: Se houver mais de um Ordenador de Despesa, todos terão que autorizar o empenho.

**Execução Contratual**

\*Obs: O Gestor e o Fiscal do Contrato fiscalizarão a execução do contrato, com vistas a garantir a fiel observância do instrumento contratual, conforme o Decreto Municipal nº 014/2014.

**❖ Certidões de Regularidade Fiscal:**

Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Receita Federal):	Fls.	Validade:
Estadual:	Fls.	Validade:
Município da Sede:	Fls.	Validade:
Município Cariacica:	Fls.	Validade:
FGTS:	Fls.	Validade:
Débitos Trabalhistas:	Fls.	Validade:
Falência e Concordata:	Fls.	Validade:

**\*Obs.: Os processos abertos a partir de 29/02/2012, que tiverem como objeto contratação de obras, prestação de serviços e aquisição de bens com entregas parceladas, em valor superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), DEVERÃO conter previsão da Garantia Contratual conforme Decreto nº 022/2012.**

**\*IMPORTANTE:**

**OS DEMAIS PROCEDIMENTOS DEVERÃO SEGUIR OS TRÂMITES CONSTANTES NOS FLUXOS PROCESSUAIS.**